REVISITANDO MARX: ALIENAÇÃO, SOBRETRABALHO E RACIONALIDADE NAS ORGANIZAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

Hermano Roberto Thiry-Cherques
Fundação Getúlio Vargas
E-mail: hermano@fgv.br

Resumo

A contribuição direta de Marx para as ciências da gestão é pequena. Limita-se praticamente à apreciação da divisão do trabalho no interior das organizações e à proposição do modelo socialista de gerenciamento. Mas a inversão de perspectivas no binômio racionalidade-trabalho, a idéia de que é o trabalho que rege a racionalidade, que determina a lógica da vida humana e não a razão, a capacidade de julgar, que se impõe sobre o trabalho, é uma noção fecunda, que pode ajudar no entendimento do que ocorre nas organizações contemporâneas. Neste artigo estudo as implicações de algumas dessas noções. Discuto a possibilidade explicativa das categorias que Marx estabeleceu no entendimento dos fenômenos intra-organizacionais da atualidade. Destaco os conceitos: i) de racionalidade,ii) de dominação e de exploração, iii) de alienação , iv) de sobretrabalho e de mais-valia. Concluo com uma discussão sobre a aplicabilidade dessas categorias na administração contemporânea.

Palavras-chave: trabalho, administração, organizações, Marx, racionalidade.

Abstract

The direct contribution of Marx to management sciences is minimal. It is basically limited to the appreciation of the division of labor within organizations and to the proposal of a socialist model of management. However, the inversion of perspectives in the rationality-labor binomial, namely the idea that it is labor that governs the rationality of human life rather than reason that is imposed upon labor, is a fertile notion, which can assist in comprehending what happens in contemporary organizations. In the paper I present the implications of some of these notions will be assessed. The explanatory possibilities of the categories that Marx established will be discussed in order to attempt to understand current intra-organizational phenomena. The following concepts will be highlighted: i) rationality; ii) domination and exploitation; iii) alienation; iv) surplus labor and surplus value. In conclusion, the applicability of these categories in the administration in the digital age will be appraised.

Key words: work, administration, organizations, Marx, rationality.

1 INTRODUÇÃO

Em um concurso promovido pela BBC, que agitou a intelectualidade britânica no último ano, Marx foi escolhido como maior filósofo de todos os tempos. Com 27,9% de cerca de 30.000 votos, ficou a frente de Platão, Aristóteles, Kant e até de David Hume, o candidato apoiado pelo influente *The Economist.*

Protestos não faltaram. O senso de humor dos ingleses ajudou a lidar com eles. Mas a questão fundamental ficou no ar: o que teria levado a esta escolha? Não, certamente, o poder de previsão das teorias de Marx. Muito menos o número de marxistas ainda existentes nas Ilhas, que deve ser mínimo a esta altura. O mais provável é que o sentido geral dos ideais socialistas ainda fale ao coração das pessoas e que alguns dos conceitos de Marx ainda sejam úteis à compreensão do mundo em que vivemos.

Dentre as muitas contribuições de Marx, as relativas à luta cotidiana do trabalho e as dificuldades em administrá-lo são as que talvez menos tenham perdido sua força inicial. Na atualidade, as controvérsias que mais afetam a discussão sobre a racionalidade administrativa do trabalho é a da sua natureza. Para muitos, o trabalho é um fenômeno antropológico, algo necessário ao ser humano e às organizações. Para outros, ele é contingente. Poderíamos perfeitamente passar sem ele.

Karl Marx é um dos personagens, senão o protagonista, dessa controvérsia. Ele pensava que o trabalho decorre de uma necessidade indeclinável do ser humano. Que é o trabalho que humaniza o homem, ao obrigá-lo à racionalidade. Mas, curiosamente, via no trabalho a negação da liberdade. Via que a humanização só poderia se dar pela emancipação do trabalhador do esforço produtivo.

No início do século XX as polêmicas em torno do pensamento marxista foram apaixonadas. Depois foram radicais. No fim, foram prolixas. A essa altura da história, se tornaram supérfluas. Mas a forma de pensar e os achados de Marx não caducaram. Na sociologia, na economia, na ciência política começa a ser levado a efeito o balanço entre o avanço teórico e o que foi mera ideologia, entre o que permanece válido e o que foi irreversivelmente superado do pensamento marxista.

A contribuição direta de Marx para as ciências da gestão é pequena. Limita-se à apreciação da divisão do trabalho no interior das organizações e à proposição do modelo socialista de gerenciamento. Mas a inversão de perspectivas no binômio racionalidade-trabalho, a idéia de que é o trabalho que rege a racionalidade da vida humana e não a razão que se impõe sobre o trabalho, é uma noção fecunda, que pode ajudar no entendimento do que ocorre nas organizações contemporâneas.

Neste texto examino as implicações de algumas dessas noções. Destaco os conceitos: i) de racionalidade,ii) de dominação e de exploração, iii) de alienação , iv) de sobretrabalho e de mais-valia. Concluo com uma discussão sobre a possibilidade de que o trabalhador possa vir a ser o beneficiário do trabalho e não mais a sua vítima.

2 O TRABALHO É A ESSÊNCIA DO HOMEM

Já em escritos inicias, Marx (1996) fixa o que irá constituir a base de sua reflexão posterior. Ele parte das idéias de Hegel (1992; 180-193), que havia sustentado que o trabalho é a atividade mediante a qual a consciência, o espírito, desenvolve suas potencialidades. Em que a consciência se reconhece como algo distinto dela mesma; em que não é a consciência dos homens que determina seu ser, mas, inversamente, seu ser social que determina sua consciência (Hyppolite; 1955; 135).

Na Fenomenologia do espírito (1992), Hegel descreve como o Eu solitário e indiferenciado, mediante a experiência, passa por **momentos** que o levam a tomar consciência de si mesmo. No primeiro momento, o da **sensação** o puro Eu, o sujeito aqui e agora, vive a calma fluidez das experiências. Ele tem a convicção de que o que experimenta é a verdade do objeto. A certeza da sua consciência é uma experiencia. Mas já aí a consciência **percebe** algo exterior não só a ela, mas nela mesma. A calma fluidez da experiência-de-si é agitada por esse algo, essa "coisa" que pensa e que se coloca a si mesma como objeto. A consciência então se divide e se dobra sobre si mesma, como sendo ela, a consciência, simultaneamente um outro. Vê-se, então, como objeto pensado. A consciência pensa o objeto e a si mesma. Ela percebe que percebe, pensa a si mesma pensando. E é isso a consciência de si: a resultante dialética do movimento do pensante (eu) que tem consciência de que o que pensa (o outro) é ele mesmo (eu). (§ 166)

Mas nem só de si próprio o Eu toma consciência. Ele se vê, pela experiência e pela reflexão, imerso no mundo, imerso na vida. O processo de tomar consciência de si é a **vida**. A vida é o que subsiste no puro fluir (§ 168, 169, 170). No primeiro momento da vida subsistem, fluem, as figuras em sua diversidade. Em um segundo momento, a consciência é tomada pela infinitude dessa diversidade, pela dissolução universal. O que permanece é o movimento, a vida, que não subsiste estaticamente, mas que continuamente vem a ser.

Marx compartilha a idéia deste vir a ser, do processo dialético como constituinte da consciência. Mas para ele é o trabalho, e não a razão como queria Hegel, a essência do homem. É pelo trabalho, em um processo sem fim, que o homem transforma a natureza e cria seu próprio mundo. É o trabalho que, no homem, marca a sua humanidade.

Diferentemente da razão hegeliana, imutável, principio e fim de tudo, o trabalho na concepção de Marx modifica-se constantemente. Depende de como, em que época e em que lugar é realizado. É historicamente mutável sendo, ainda que essência, um vir a ser. O que realmente acontece, no presente

e historicamente - a práxis -, é regido por esta dupla assertiva: o homem, pelo trabalho, produz a sua história e, como ser social, é por ela condicionado.

A estrutura do pensamento que sustenta esta assertiva é simples. Para satisfazer suas necessidades concretas, os homens vêm-se na contingência de produzir, isto é, de transformar a natureza. Fazem uso dos "meios de produção" de que podem dispor. Tanto os que existem na natureza, o solo por exemplo, como os que os ajudam na tarefa de transformação, como os instrumentos e as técnicas: as "forças produtivas".

Sendo a produção uma atividade social, existem relações que os homens são compelidos a manter entre si, "relações de produção", definidas pela forma como o trabalho é distribuído. O estágio alcançado pelas forças produtivas e as relações de produção dominantes em cada época e lugar, irá determinar a forma como se define uma sociedade dada: o seu "modo de produção" (Marx; 1971). Dos modos de produção derivam as maneiras pelas quais é garantida a sobrevivência da sociedade, se instalam as relações de dominação e as instituições políticas que sustentam as relações de produção e as reproduzem.

O trabalho humano não se limita a produzir bens de consumo; reproduz, ao mesmo tempo, o sistema de trocas e as instituições. (Châtelet;1992; 137). Reproduzir a vida pelo trabalho é, para Marx, tão natural como pela procriação (Marx; 1971; LI, 1, 1,2 e 3, 5).

O trabalho é uma transformação consciente da natureza, a exteriorização e a objetivação de uma intenção humana (Marx; 1971; LI, 3, 7). A atividade humana consciente tem sempre um fim. O organizar e o administrar têm os fins específicos de ordenar e de controlar a produção. De forma que, ao trabalhar, o ser humano governa-se a si mesmo. Pela gestão, regula os fenômenos que existem fora e independentemente da sua consciência e da sua vontade (Cviachiani; 1977; 40 e ss)

Em uma metáfora que a repetição tornou cansativa, Marx compara o arquiteto à abelha. O melhor dos arquitetos, diz ele, jamais alcançará a perfeição construtiva da colméia. Mas o pior dos arquitetos, à diferença das abelhas, planeja o que vai fazer (Marx; 2000; LI, 1). O processo do trabalho supõe a existência prévia de um projeto a realizar. Quer isto dizer que, no ser humano, a unidade da concepção do trabalho e de sua execução pode ser dissolvida. (Braveman; 1977;53). Para que isto não aconteça, o trabalho deve ser ordenado, tecnificado pela criação dos meios de produção. Ele não deve ser destinado à satisfação imediata de necessidades prementes, mas à objetivação de uma intenção, de uma reflexão que o antecede. O trabalho encerra uma determinação, uma vontade, e exige uma atenção, uma dedicação que marcam a sua racionalidade.

Trazendo este esquema explicativo ao entendimento do que ocorre nas organizações contemporâneas, as questões que se impõem imediatamente são a de considerarmos: i) se, e em que medida, o modo de produção que vivenciamos ainda pode ser definido nos termos em que Marx o fez, e, principalmente, ii) se, ante a profusão de transformações, achaques, acomodações e infâmias do capitalismo, ainda nos é possível utilizar uma categoria como a de "modo de produção" para definir a economia e a sociedade atuais.

Não é, evidentemente, o caso de tentarmos aqui uma resposta cabal a estas dúvidas. Basta lembramos, quanto à primeira, que mesmo pensadores que haurem amplamente das idéias marxistas, como Habermas (Sensat; 1979), utilizam termos como "capitalismo tardio" para descrever a época em que vivemos. Quanto ao segundo, diremos desde já ser improvável que se pudesse descrever com rigor um modo de produção que inclui, em um mesmo agregado, atividades econômicas que vão da mendicância profissionalizada ao teletrabalho, que coexistem não só sob o mesmo sistema, mas na mesma esfera política, no mesmo espaço institucional.

Estes impedimentos, no entanto, não tiram a validade das categorias do pensamento marxista. Não tiram a validade da idéia de que as relações de produção – a forma como os atores dos processos produtivos se relacionam uns com os outros – é condicionada pelos meios de produção e pelas forças produtivas.

O fato de que não mais a terra, mas a tecnologia, não mais a força ou a habilidade do trabalhador, mas o conhecimento de que pode dispor, sejam determinantes das relações de produção, não proscreve a idéia de que a forma e as condições sob as quais trabalhamos originam uma determinada racionalidade.

Ao contrário, a convicção generalizada de que a informação e o domínio tecnológico são fatores críticos de sobrevivência das e nas organizações, só vem confirmar o condicionamento do que percebemos e raciocinamos. Imersos em uma cultura de competitividade e de eficiência, orientamos o nosso trabalho e a nossa vida por estes prismas. Os poucos que não o fazem, por incompetência ou por convicção, têm dificuldades imensas em prosperar e, mesmo, em sobreviver nas organizações contemporâneas.

3 RACIONALIDADE, DOMINAÇÃO E EXPLORAÇÃO

Retornemos aos pontos essenciais da reflexão marxista sobre o trabalho. A decorrência lógica do esquema explicativo sintetizado na forma como produzimos tem a ver com o poder e a sujeição econômica. Os detentores da propriedade dos meios de produção condicionam aos seus interesses a forma ou modo de produção vigente. De modo que existiria a qualquer tempo e em todos os lugares uma classe, a que detém os meios de produção, que domina e conforma a sociedade em cada momento histórico. Daí a conclusão de que dentre os níveis específicos de autonomia relativa, sumariamente, o econômico, o político e o ideológico, é o nível econômico o determinante em última instância. (Poulantzas; 1981; 261).

Marx desenvolve este raciocínio a partir de uma perspectiva história. Na proto-história, diz ele, existia um "comunismo primitivo", sociedades sem classes. Depois, vieram a lhes suceder diversas formas de dominação, regidas pelos modos de produção. Tivemos, assim, modos de produzir como o antigo, o feudal e o burguês, cujas classes dominantes são representadas, respectivamente, pelos mestres, pelos senhores e pelos capitalistas. Às classes dominantes correspondem, necessariamente, classes dominadas, classes cujos interesses são contrariados por aqueles que detém o controle dos meios de produção. De maneira que aos mestres, senhores e capitalistas correspondem os escravos, os servos e os proletários. (Marx; 1971; LI)

As classes dominantes coagem as classes dominadas pela disposição de uma série de instrumentos que, primordialmente, visam a extorsão do trabalho. Seja qual for a forma de dominação imperante - a política nas sociedades escravagistas, a ideológica na feudal ou a econômica na sociedade capitalista – os embates internos a cada modo de produção acirram a luta política entre as classes. Da luta das classes espoliadas por sua emancipação, advém as mudanças evolutivas da sociedade. O esgotamento do "modelo", que não mais pode resolver suas contradições internas, determina uma ruptura – a revolução social - da base econômica (infra-estrutura) que tem como conseqüência uma modificação nas demais relações jurídicas, políticas e religiosas (superestrutura).

A racionalidade da forma de trabalhar é diferente de época para época. O que marca as épocas econômicas não é o que se faz, mas como, com que meios o trabalho se faz (Marx; 1971; LI). O que distingue a história material do ser humano é a racionalidade aplicada ao trabalho. O trabalho – a produção material – constitui a base e o fator dominante do desenvolvimento da sociedade. Para Marx (Konstantinov, 1960; 361) é o trabalho que aperfeiçoa a mão, e não o contrário. É o trabalho que transforma as habilidades, inclusive as habilidades intelectuais. É o trabalho, pela sua pressão

constante, que faz evoluir a racionalidade. É o trabalho que, ao forçar a vida social, eleva a consciência humana, e não a consciência humana que o fez evoluir da horda primitiva.

O caráter coletivo do trabalho, a necessidade de conviver, obriga à comunicação, obriga à fala e ao desenvolvimento da reflexão. O trabalho coletivo faz progredir o projetar e o fazer, elevando-as para os níveis mais altos do organizar e das relações sociais. O trabalho traz a cada um a consciência de pertencer ao gênero humano (Marx, 1960). Produzindo e transformando a natureza o homem se manifesta objetivamente, ele cria o seu próprio mundo.

O trabalho é condicionado por interesses das classes dominantes, especificas da formação social em que vivemos, e configurado mediante o estágio das forças produtivas e os conjuntos das relações de produção que lhes correspondem. Ora, as forças produtivas compreendem, além dos instrumentos e técnicas mecânicas, a racionalização do trabalho, o que implica em: i) uma organização da produção ajustada ao modo de produção e ao estágio do desenvolvimento das relações sociais, ii) uma ordenação do trabalho conveniente à classe dominante e, iii) uma nova ordenação mais justa, a ser procurada pela classe dominada.

Creiamos ou não que a luta de classes é determinante do espectro sócio-político da nossa realidade, temos, neste brevíssimo resumo do esquema evolutivo das sociedades proposto por Marx, um corpo de idéias potencialmente útil para entendermos o que se passa nas organizações contemporâneas: o da forma de dominação e de exploração do trabalho.

É evidente que a ascendência quase absoluta do capital financeiro na economia e a abertura de possibilidades especulativas ao longo do século XX distorceu e anulou o esquema simplista de dominação capitalista. Basta considerarmos, de um lado, a mediação instituída pela separação entre a administração de negócios (a compra e venda de títulos) e a administração de empresas, e de outro o surgimento de institutos como os fundos de pensão, os investimentos dos sindicatos e até os investimentos particulares dos trabalhadores. De modo que, para quem olha da perspectiva intra-organizacional, o sistema de dominação, ou melhor, os sistemas de dominação, longe de serem simples ou imediatos, parecem estar determinados por um complexo econômico-cultural-psicológico, uma microfísica do poder (Foucault;1980). Não um poder coercitivo, central, claramente identificado, mas um complexo que, graças à capacidade de mobilização e ao nível de informação dos trabalhadores, enfrenta hoje resistências nada desprezíveis, o que torna as relações de produção ainda mais intrincadas.

Este quadro tem reflexos imediatos na análise da expropriação do trabalho. Se é fato que a máxima de que a produção é social enquanto a apropriação é privada continua válida, é preciso relativizar tanto o que se entende por privado – não mais o capitalista, mas agrupamentos sociais com articulações e fronteiras indeterminadas – e o que se entende por social – um emaranhado de indivíduos, grupos e instâncias, que nada têm a ver com as "massas operárias", que nos vêm à mente quando lemos Marx.

Tanto é assim que a crítica ao modo de produção capitalista cedeu lugar, já a partir dos anos 50, à crítica do capitalismo como modo de distribuição. Daí em diante o foco se concentrou na insatisfação com a qualidade do trabalho, não com a quantidade; com os efeitos do processo de trabalho e não com o processo em si mesmo (Braverman; 1977; 21-23). Hoje, a diminuição do número de gerentes-feitores, a competitividade intra-organizacional e as novas figuras, como a dos grupos autônomos de produção, a do empregado-empreendedor, a do terceirizado, que, ao menos potencialmente, são tanto exploradores como explorados, levam a questionar não a existência da expropriação, mas quem expropria quem.

4 O TRABALHO EM DETALHE: ALIENAÇÃO E FRAGMENTAÇÃO

A partir da idéia do modo de produção como determinante da racionalidade do trabalho e, em última instância, da vida humana, Marx analisa o modo de produção capitalista, procurando mostrar como o capitalismo vem (ou vinha) esgotando a sua capacidade de absorver as próprias contradições.
No Livro 1 do Capital (4, XII, 402; 1971), Marx assinala que "... considerando apenas o trabalho, podemos chamar a produção social em seus grandes ramos: agricultura, indústria, etc., de divisão do trabalho em geral; a diferenciação desses ramos em espécies e variedades, de divisão do trabalho em particular, e a divisão do trabalho em uma oficina, de divisão do trabalho individualizada, singularizada." É a análise da "divisão do trabalho individualizada" no capitalismo que nos interessa particularmente quando nos voltamos para a aplicação das idéias de Marx ao ambiente intra-organizacional contemporâneo.

Diz ele que, diferentemente do período escravagista, quando o trabalhador é ele mesmo uma propriedade, e do feudal onde *"a propriedade ... comporta a dominação da terra sobre os homens... o servo sendo um assessório da terra..."* a época capitalista assinala a alienação entre o trabalhador e os instrumentos de produção. O trabalho termina por negar o seu principio de *"atividade criativa, pela qual o homem se produz a si mesmo. O homem é na verdade um assessório da máquina"* (Marx; L1; 4; XIII; 483;1971).

A divisão do trabalho, fragmentando as tarefas, distancia o ser humano do produto do seu trabalho. O domínio da necessidade leva à cooperação, à divisão do trabalho, à tecnologia. A cooperação, forçada e dominada pelo capital, pela extração do sobretrabalho, se transforma em submissão.

A tecnologia aumenta o campo de exploração do capital sobre o trabalhador. "A máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força .... capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menos porções do valor do produto diário" (Marx; L1; 4, XIII, 3; 463; 1971). O homem é privado do produto do seu esforço. O trabalho se torna um meio, deixa de ser um fim.

A isto Marx denomina de alienação: o processo segundo o qual: i) o produto do trabalho se torna estranho ao trabalhador; ii) a força viva do trabalho se transforma em um objeto; e, iii) as relações sociais são reificadas, instrumentalizadas.

O processo de alienação ocorre porque a tecnologia (o maquinismo), ao invés de poupar o esforço humano, o absorve como componente, como ferramenta. (Marx; 1960; 7). A produção, o trabalho e as instituições são coisas já postas, fragmentos do passado, inertes, exteriores. A máquina, os processos produtivos circunscrevem e limitam o ser humano (Perroux; 1970; 26). A ordenação do trabalho se aproxima a da caserna. Tanto no sentido vertical (da autoridade) como no horizontal (da divisão do trabalho). O *"... soi-disant trabalho de supervisão e a divisão dos operários em simples soldados e suboficiais industriais é levada ao seu último grau de desenvolvimento"* (Marx; L1; 4, XIII; 484; 1971).

A alienação não é fruto somente de tipo de divisão do trabalho no interior das organizações. Pelo contrário, este sim, é a resultante do modo de produção capitalista, onde persistem a propriedade privada dos meios e produtos do trabalho, o controle das forças produtivas pelos capitalistas, bem como das instituições (o Estado, a Igreja, o Judiciário. etc.) que se opõem a emancipação dos trabalhadores. Alienando sua força de trabalho a um processo produtivo que não controla e do qual, na verdade, é apenas instrumento, o trabalhador se torna, ele mesmo, mercadoria.

O trabalho assalariado se caracteriza, então: i) pela alienação e a contigencialidade do trabalho em relação ao trabalhador; ii) pela alienação e a contingência do trabalhador em relação ao seu objeto; iii) pela determinação do trabalhador pelas necessidades sociais que lhe são estranhas e que se constituem em limitação a qual ele se dobra por necessidade egoísta, e que tem para ele um só

significado: são a fonte onde pode satisfazer suas necessidades, iv) pelo fato de que o operário somente vê como finalidade de sua atividade a manutenção de sua própria existência" (Fisher; 1972; 38).

Marx entende que esta "alteração e inversão" é determinada historicamente e pode, conseqüentemente, ser vencida. Melhor, será superada por uma socialização efetiva da produção, quando cada talento terá a sua oportunidade e onde não o lucro, mas o interesse comum material e intelectual, determinará a produção. Esta alienação só poderá ser abolida em um mundo de cultura e riqueza existentes realmente, coisas que pressupõem um grande crescimento da força produtiva ou o desenvolvimento universal das forças produtivas (Marx; 2002; 49)

No capitalismo, na sociedade alienada, a relação dos homens entre si não é uma relação entre semelhantes, mas uma relação de servo com mestre, de explorado com explorador. Marx distingue uma divisão "natural" do trabalho, a começar do trabalho em família, da divisão entre o trabalho intelectual (a previsão, a organização, a supervisão) e o trabalho "material". O capital *retira do trabalhador as forças intelectuais do processo de produção e as usa para dominá-lo* (Marx; L1, 4, XIII, 4; 484; 1971). O que caracteriza a divisão do trabalho no capitalismo é que *"... o trabalho perdeu todo o seu caráter de especialidade e engendra o idiotismo de ofício"* (Marx; 1969; 205).

No capitalismo o homem não é senão uma fração de si mesmo, onde o trabalho, que é a sua única possibilidade de objetivação, não lhe pertence. De forma que todo trabalho é, fragmentado, explorado, alienado.

Não resta dúvida que o conceito de alienação, na forma concebida por Marx, é difícil de se aplicar hoje em dia. De um lado porque a divisão do trabalho, que é inerente ao esforço produtivo e de que já nos fala Platão (República, II; 369-371) pode ser tão alienante como a divisão (partição) do trabalho. De outro, porque a idéia do trabalho fragmentado em módulos está irremediavelmente comprometida pelas modificações tecnológicas, legais e culturais introduzidas no sistema econômico-social em que vivemos.

Mas isto não quer dizer que a alienação tenha desaparecido. Ao contrário, ela se acentuou. Ocorre que hoje os detentores dos meios de produção pouco ou nenhum contato têm com a produção propriamente dita, as hierarquias são fluidas, a vinculação do trabalhador com a organização é intermitente e precária. Com as modificações no próprio trabalho – o fim do trabalho de ofício, a ascensão e declínio do trabalho em equipes e o surgimento do trabalho virtual – o processo de alienação, o descolamento entre o trabalhador e o fruto e destino do seu esforço se exacerbou.

O produto do trabalho se tornou ainda mais estranho ao trabalhador. O seu mundo interior vê-se ainda mais empobrecido: ele segue colocando sua vida no objeto do seu esforço produtivo e a sua vida

segue não lhe pertencendo. O seu trabalho segue sendo um objeto, algo que tem uma vida exterior e independente dele, como Marx descreveu nos Manuscritos (1960). Mas a alienação de hoje excede a perda do produto do trabalho. É a perda dos seres humanos de se exteriorizarem, de serem. É uma perda de si mesmo, que transcende a exploração (Flacher; 2002; 33 e ss.). O trabalhador alienado da organização e do processo produtivo se transformou no trabalhador alienado no interior da organização, no interior do processo produtivo. À alienação vieram se somar o insulamento e a solidão.

Marx escreveu que "...a maquinaria ... só funciona por meio do trabalho coletivizado ou comum (de forma que) o caráter cooperativo do processo de trabalho torna-se uma necessidade imposta pela natureza do próprio instrumental de trabalho" (L1, 4, XIII, 2; 440; 1971). E que "...para trabalhar produtivamente não é mais necessário executar uma manipulação do objeto de trabalho, basta ser órgão do trabalho coletivo, exercendo qualquer uma das suas funções fracionárias" (L1, 4. IV; 584; 1971). Isto é, que não é a função – do operário, do gerente, do contador – que importa, mas o sistema. À época de Marx, como hoje, cada um cuidava do seu interesse e a gerência cuida para que a luta entre os interesses não viesse a prejudicar a produção. Mas o trabalho em equipes, o trabalho cooperativo, na forma como o descreveu Marx, quando vários trabalhadores funcionam juntos com vista a um fim comum, que gera uma força que funciona apenas como força coletiva, já não subsiste.

Com as novas tecnologias, com o inchaço das grandes corporações, com as redes integradas de empresas e com fenômenos como a da globalização, a alienação se transfigurou e se universalizou. Ensaios como os da administração participativa pouco ou nada ajudaram a atenuá-la. Foram e são um mero paliativo, quando não um engodo. Hoje, como sempre, os gerentes preocupam-se com a produtividade, não com a humanização do trabalho (Braveman; 1977; 41).

A forma atual de alienação não ocorre exclusivamente devido ao sistema econômico. Ela ocorre, também, em função dos sistemas racionalizados e sincronizados de produção (Perroux; 1970; 78-82). O escravo romano "... *era preso por grilhões: o trabalhador assalariado está preso a seu proprietário por fios invisíveis. A ilusão de sua independência se mantém pela mudança contínua dos seus patrões e com a ficção jurídica do contrato."* (Marx; L1, 7; XXI; 667; 1971). A força das pressões por eficácia, por velocidade e precisão nas decisões organizacionais induz a que, na imensa maioria dos casos, os trabalhadores, levados a crer que participam das decisões, estão, na verdade, sendo participados, manipulados.

Como categoria de análise organizacional e administrativa, a alienação parece não ter outra serventia do que a denuncia das injustiças e mazelas do sistema imperante. No entanto, a tecnificação do trabalho tem conduzido, por necessidade lógica, ao desenvolvimento intelectual do trabalhador. A administração informatizada, a "gerência do conhecimento" e outras práticas e noções do gênero, impõem um nível cada vez mais sofisticado aos esquemas defensivos dos trabalhadores e, conseqüentemente, aos sistemas de expropriação. De forma que não há porque não esperar que as novas formas de relação de trabalho, notadamente as virtuais, em que os trabalhadores se tornam independentes do todo organizacional e das linhas de produção e de geração de serviços, possam conduzir a um caminho inverso ao descrito por Marx. Um caminho de tomada de consciência, de desalienação.

5 SOBRETRABALHO; O VALOR-TRABALHO, A MAIS-VALIA

Na perspectiva mais ampla desenvolvida por Marx, o trabalho é a atividade humana adequada a um fim: o fim de suprir as necessidades da subsistência. O trabalho é não só necessário como inevitável.

Em tudo que o homem usa está contida uma parcela de trabalho. Quando extrai da natureza o alimento ou o abrigo, o ser humano realiza um esforço produtivo. As matérias primas básicas, para poderem ser processadas, são filtradas pelo trabalho de extração, de transporte, de beneficiamento e assim por diante. Não podemos, como espécie, nos furtar ao trabalho.

O processo de trabalhar é o processo de produzir valores-de-uso, "*coisas que sirvam para satisfazer necessidades de qualquer natureza*" (Marx; L1; 3; VII; 242; 1971). Ao produzir, utilizamos as matérias primas, o produto do trabalho anterior, e os meios de trabalho, isto é, uma série de elementos de que nos servimos para modificar as matérias primas (ferramentas, instrumentos, procedimentos). Esse é o nosso meio de produção, aquilo que vamos transformar para que seja útil, para que tenha valor-de-uso.

Em tudo está contido trabalho: na matéria prima que teve que ser extraída, transportada, etc, na ferramenta que precisou ser produzida, no processo que foi planejado. De sorte que todo e qualquer produto encerra em si vestígios de épocas passadas. O trabalho vivo se apropria de meios – do produto de trabalho anterior, de "trabalho morto" – e lhe empresta vida (Marx; 1972; 583-589). É por essa razão que Marx atribui ao trabalho a formação do valor dos produtos, enquanto outros atribuem à utilidade que ele possa ter.

O processo de trabalhar é um processo de consumo de objetos e meios. O consumo produtivo é diferente do consumo individual. O consumo produtivo é gerador. O trabalhador é uma força, a força de trabalho, em ação (Marx, L1, 3, V; 201; 1971). Uma força que ele vende para poder subsistir. O capitalista quando compra a força de trabalho está comprando uma quantidade e uma qualidade indeterminada. O que compra é infinito em potencial mas limitado em sua concretização (condições do trabalhador, da sociedade, da empresa, etc). Daí que, para Marx, a expressão "valor do trabalho" não tenha sentido. O que tem valor, o que deve ser pago, é a força de trabalho. O trabalho é um valor em si. É um valor que produz valor. " *O trabalho é a substância e a medida inerente do valor, mas ele mesmo não tem nenhum valor*" (Marx; L1; 5; XVII; 619; 1971).

Ao nos colocarmos na perspectiva atual do trabalho como meio – como recurso-humano – a idéia de um valor-utilidade, que se contrapõe ao valor-trabalho e que nos parece tão óbvia na formação dos preços, apresenta, dentre outros, o problema de que, devido aos sistemas de produção em massa tayloristas e fordistas, algumas mercadorias extremamente úteis se tornaram muito baratas. Isto significa dizer que as linhas de produção e as máquinas de controle numérico vieram a determinar uma disjunção entre o trabalho empregado na produção e o valor-de-uso da mercadoria. Um bem de luxo, por exemplo, consome, para ser produzido, muito mais esforço humano (e mais recursos em geral) do que um bem, como uma ferramenta, de utilidade infinitamente maior.

Para Marx, a natureza do processo de trabalhar é a mesma quando se produz para si mesmo, para o capitalista ou para a comunidade. É o tempo inserido no produto que importa. *"O produto do trabalho, ao perder seu caráter útil, seu valor de uso, perde a sua concretude, as diferentes formas de trabalho concreto. Elas não se distinguem mais umas das outras. Reduzem-se a única espécie de trabalho: o trabalho abstrato. Os produtos do esforço humano passam a representar a força de trabalho que neles se armazenou* (L1; 1, 1; 44). O trabalho humano já não pode ser medido pelo dispêndio da força de trabalho simples, não qualificado. O trabalho qualificado já não vale como trabalho simples multiplicado. De forma que *"... qualquer que seja a mudança na produtividade, o mesmo trabalho, no mesmo espaço de tempo, fornece sempre, a mesma magnitude de valor"* (Marx, L1; 1; 51-53; 1971). Quando o trabalhador vende o produto do trabalho, vende o seu valor-de-uso. Quando se assalaria, ele vende o seu tempo. A sua força de trabalho é incorporada ao produto da mesma forma. Mas o resultado, o valor do produto, dado pela força de trabalho, pelos meios de

produção e pelas matérias primas, não remunera o capital. Por isso, a racionalidade do capitalista é diferente da do trabalhador.

Ao valor-de-uso, isto é, ao trabalho contido nos meios de produção (matérias primas e meios de trabalho) e à força de trabalho, o capitalista acrescenta o valor do sobretrabalho extraído do trabalhador. A força de trabalho que o assalariado despende é superior à força de trabalho depositada no produto que é necessária à sua subsistência. Uma parte da jornada de trabalho serve para gerar um valor equivalente ao salário. Mas o trabalhador trabalha mais do que isto. E este esforço excedente não é remunerado. A quantidade de trabalho que forma o limite do valor da força de trabalho do operário não constitui de forma alguma o limite da quantidade de trabalho que a sua força de trabalho pode executar (Marx, 1960; 1985). Apenas parte da jornada de trabalho é utilizada para produzir um valor equivalente ao salário. Coberto esse custo, a força de trabalho se torna gratuita. De modo que entre o valor-de-uso e o valor pelo qual a mercadoria é trocada – o valor-de-troca – há um valor adicionado, um sobrevalor, uma mais-valia.

O valor-de-troca está relacionado ao serviço (o efeito útil do valor-de-uso, mercadoria ou trabalho) que o produto presta e não ao trabalho nele contido. A mais valia permite transformar dinheiro em capital. A racionalidade do capitalista não está referida ao trabalho (que não despendeu), mas ao capital, que criou pela extração do sobretrabalho. Os bens e serviços são trabalho humano cristalizado (Marx; L1; 1; 58; 1971). O capital é o trabalho acumulado que se concentra de forma crescente na mão do capitalista. (Marx; 1960)

O que o capitalista paga e o que o trabalhador vende é a sua força de trabalho, a sua capacidade de trabalhar. Se "... uma função, em si mesma improdutiva, embora necessária à reprodução, se transforma, com a divisão do trabalho, de uma tarefa acessória de muitos em tarefa exclusiva, especializada de poucos, não muda ela, com isto, de caráter... pois o processo de reprodução também abrange funções improdutivas... O assalariado, qualquer que seja o seu pagamento, trabalha gratuitamente parte do tempo" (Marx; L2, 1, VI; 149; 2002). Da força de trabalho se extrai a medida do trabalho necessária à sua produção e à sua reprodução, ou seja, o valor dos bens necessários à sua subsistência cotidiana. Quando o valor produzido pela força de trabalho excede o necessário à sua reprodução há um sobrevalor, que corresponde, de fato, a um sobretrabalho. O capitalista extrai o seu lucro primeiro do sobretrabalho, que ele não paga, e, depois, da diferença entre o valor-trabalho e o valor de mercado, que é dado pela escassez relativa do bem produzido.

Uma terceira fonte de ganho do capital reside no sobretrabalho relativo (que somando-se à renda irá compor a mais valia relativa) advindo do crescimento da produtividade. A mais valia relativa

explica o interesse crescente na introdução de novas formas de organização e de novas tecnologias, ou seja, de uma maior racionalização da produção. A tecnologia ajuda a recuperar o "trabalho morto", cristalizado, embutido nos artefatos e nos instrumentos, um trabalho que não precisa ser remunerado, ou melhor, que não precisa *mais* ser remunerado.

Enquanto o trabalhador independente produz mercadorias, o trabalhador assalariado produz componentes (Marx; 1971; LI, 4, 14). A divisão social do trabalho obedece a uma racionalidade completamente diferente da divisão manufatureira da força de trabalho. A manufatura "estropia o trabalhador", o priva da "propriedade intelectual do trabalho" que pertence a outro, um outro que o oprime. O crescimento do capital e a divisão do trabalho cada vez mais fragmentada fazem aumentar o número de trabalhadores, o que diminui o seu preço. Na manufatura o trabalhador erige seu próprio cárcere.

Como para as outras noções de Marx, as idéias de que o capital é trabalho acumulado e a da depreciação do trabalho assalariado estão presas a um momento da história da economia muito menos complexo daquele em que vivem as organizações contemporâneas. Porque, segundo a própria teoria marxista, ao adotarmos um modelo (modo) de produzir, seja no nível organizacional, seja no nível da economia, nos tornamos prisioneiros dele. Somos prisioneiros do taylorismo, do fordismo, do toyotismo, da globalização e de tudo que se seguiu à época de Marx. Neste início de século, os fenômenos da acumulação de capitais e o do trabalho assalariado têm outros perfis.

No entanto, continua a ser verdade, e não há como deixar de ser, que o trabalho é imprescindível e que agrega valor aos bens e serviços gerados. A dificuldade que nos apresenta a aplicação da forma de pensar de Marx sobre o valor do trabalho às organizações contemporâneas é a da perda da centralidade do fator trabalho na produção. Uma dificuldade que se intensifica quando vemos que o trabalho virtual aos poucos suplanta em quantidade, qualidade e valor o trabalho individual e o das equipes de produção.

O ser humano continua a depender do trabalho para se realizar, o trabalho continua a ser inerente à produção, mas, cada vez menos a produção depende do trabalho e da interferência humana para ser levada a efeito. O que genericamente denominamos de trabalho se dá em esferas cada vez mais distantes da produção efetiva dos bens.

Também o capital financeiro, que havia suplantado o capital produtivo como determinante dos movimentos da economia, perdeu relevância. É somente nas economias periféricas – graças a riscos

altos e a juros assombrosos – que o capital financeiro continua a predominar. No mundo desenvolvido, o que determina a economia de juros baixos, de barreiras e proteções tarifárias, é a associação entre o capital de todas as índoles e o domínio tecnológico (o domínio do conhecimento).

No plano do trabalho, as técnicas de produção e as novas formas de organizar o esforço produtivo associadas ao conhecimento, fizeram inverter as relações: hoje, o aumento da produção corresponde à diminuição do nível de ocupação. No interior das organizações, porque os ganhos de produtividade se fazem, principalmente, pela gestão dos ativos, vale dizer, pela economicidade nos recursos empregados – inclusive dos recursos humanos. A extração do maior resultado pelo menor custo leva tanto à qualificação (e o aumento do seu "preço") quanto à diminuição do número de empregados. Na economia, porque as empresas mais eficientes tiram do mercado as empresas tradicionais, intensivas em mão-de-obra e absorvedoras de pessoal menos qualificado. De sorte que o volume de inversão necessário a gerar uma ocupação cresce continuamente.

É o sistema que faz surgir a tecnologia, que faz surgir as técnicas de produção, e não a tecnologia que se impõe ao sistema. Marx tem toda a razão na sua invectiva contra Proudhon, ao sustentar que a tecnologia não é determinante das relações de produção (1969; 192 e L1; 2; IV, 194). Os sistemas intra-organizacionais de divisão do trabalho, com a sua hierarquia, as suas autoridades, suas regras, são artificiais, são historicamente condicionados pelo modo como produzimos. Na manufatura, na oficina, na fábrica como nas redes da atualidade a ferramenta é parte, não o cerne do sistema. Mas ocorre que na maneira de produzir de hoje as ferramentas (o computador, os robôs e a telemática) permitiram ou impuseram que o trabalhador se ausentasse da linha de produção, do local de geração do serviço.

Do ponto de vista de quem detém os meios de produzir, o capital intelectual, o conhecimento e a informação, superam em valor o tempo e a capacidade operacional. A racionalidade econômica encontra-se de tal forma inculcada em nossa cultura que o tempo liberado do trabalho não vai para o lazer, senão que retorna o mais rapidamente possível aos biscates, ao emprego em tempo parcial, às novas atividades remuneradas, ao trabalho precário. Quem depende do trabalho, acima da justa recompensa pelo esforço despendido, espera segurança e reconhecimento. Não é o trabalho, mas o emprego, ou melhor, o desemprego, que o inquieta. O que foi o cárcere do assalariado é o sonho do desempregado.

6 A LIBERDADE É A SUPERAÇÃO DA RACIONALIDADE PELA RAZÃO

O trabalho é uma necessidade, por isto ele não é atraente (Marx; L1; 3, 7; 1971). Ao forçar a socialização, ele humanizou o homem. Mas o privou da liberdade. *" ... tudo se compra com o trabalho, ... como o capital que é trabalho acumulado ... mas o operário .... (que só tem o seu trabalho, para poder comprar algo) ... deve vender-se e vender sua identidade humana*"(Marx; 1960; 23). O trabalho acumulado domina o trabalho vivo. O capitalista pode ou não comprar a força de trabalho. O trabalhador tem que vender a sua.

O domínio da liberdade começa onde o trabalho não mais deriva da "necessidade e da finalidade exterior" a ele mesmo. Neste sentido, o caminho da liberdade é o da eficácia, o da racionalização do trabalho, do menor gasto possível do esforço produtivo (Marx; 1974; L III, 48). O produto que não vem do trabalho constrangido pela necessidade, mas da atividade espontânea ou voluntária, não é mais uma mercadoria. Por isso, a redução da jornada de trabalho é o inicio do domínio da liberdade.

Marx prega a abolição do trabalho (1976; 61), mas diz que o trabalho é uma necessidade da vida humana (Marx; 1971; LI, 7). Que para que a liberdade suplante o domínio da necessidade será necessário suprimir o trabalho. A contradição é aparente. O trabalho como necessidade é examinado principalmente no primeiro livro do Capital, de 1867 (1971). A liberdade, como resultante emancipadora do trabalho, lhe é anterior em mais de 20 anos: consta dos Manuscritos Econômicos e Filosóficos, de 1844 (1960). Marx não mudou de opinião, embora, como mostrou Althusser (1973), entre o que pensava e escrevia o Marx jovem e o adulto existem diferenças fundamentais. O que Marx condena é o trabalho-assalariado, não o trabalho em geral. O trabalho do qual se extrai o sobretrabalho, que se transforma em lucro e em renda da propriedade.

Para Marx o trabalho não pode se apresentar como mercadoria quando é vendido pelo trabalhador, por isso cada um deve ser proprietário de sua força de trabalho (Marx; LI, 2, 4; 1971). A sociedade ideal é o estado de coisas no qual todas as atividades econômicas derivam virtualmente da "natureza humana". Em que viver e trabalhar passam a ser a mesma coisa. Em que a vida já não começará para o trabalhador quando a atividade produtiva cesse (Arendt; 199,100).

7 ATUALIDADE

Examinei neste texto algumas das idéias centrais do pensamento de Marx. Discuti sua utilidade no entendimento do que se passa hoje nas organizações, no âmbito da racionalidade do trabalho. É evidente que muito do que ele pensou e escreveu está irremediavelmente datado. Preso à uma época, a uma circunstância passados. O paradigma produtivo posterior ao fordismo, ao taylorismo, ao *downsizing*, ao *lean production*, à reengenharia não é o mesmo que Marx pode imaginar. A empresa atual não se parece com a da imagem marxista. Ela funciona sob o princípio da descentralização máxima e da responsabilização deslocada para o mais perto possível da base. O chefe não é mais o capitalista inútil (Marx; 1976; L3; 2), mas o que propõe e convence, que manipula e sintetiza as mediações. O trabalho coletivo está disperso em uma multiplicidade de grupo e de indivíduos pseudo-independentes.

No entanto, as idéias e categorias fundamentais que Marx desenvolveu não perderam atualidade. A idéia de que é o trabalho que engendra a racionalidade continua sustentável. Se o modo de produzirmos hoje é complexo demais para ser descrito nos termos em que Marx o fez, se ele é determinado pelo domínio do conhecimento e não pelos instrumentos e demais meios de produção, segue sendo verdade que são as técnicas e as tecnologias que informam e constituem a racionalidade da atualidade.

Se é difícil especificar quem expropria quem nas organizações contemporâneas, não deixa de ser verdade que a expropriação do trabalho persiste. Que o trabalhador produz mais do que consome e que alguém se apropria deste excedente. O trabalhador livre não era dono dos seus meios de produção (Marx; L1, 7; XXIV; 2; 830; 1971). O trabalhador virtual talvez venha a sê-lo. Mas se as novas formas de relação de trabalho, são, potencialmente, desalienantes, se os trabalhadores se tornam independentes do todo organizacional e das linhas de produção e de geração de serviços, o fenômeno da alienação está longe de estar superado.

Sobretudo parece claro que enquanto o trabalho continuar a agregar valor, a distinção de interesses entre o trabalhador e os proprietários dos meios de produção continuará a gerar razões diferentes e conflitantes. Como continua a ser sonho a superação deste conflito por meio de uma racionalidade mais ampla, que liberte o trabalhador do jugo do trabalho. De uma razão que engendre uma lógica provedora de dignidade, que engendre uma forma de trabalhar determinada pela realização plena do ser humano.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis; Resposta a John Lewis: a questão do humanismo; Lisboa: Estampa, 1973.

ARENDT ; Hannah ; A condição humana ; Rio de Janeiro ; Forense ; 1999

BRAVERMAN, Harry; Trabalho e capital monopolista; Rio de Janeiro; Zahar; 1977

CHÂTELET, François; Uma história da razão - entrevistas; Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor; 1994; orig. 1992

DELLA VOLPE, Galvano; Rousseau e Marx, a liberdade igualitária; Lisboa; Edições 70; 1982

FISHER, Ernst; Le marxisme veritable; Paris; Éditions Buchet-Chastell ; 1972

FLACHER ; Bruno ; Travail et intégration sociale ; Rosny ; Bréal ; 2002

FOUCAULT, Michel; Microfísica do poder; Rio de Janeiro; Edições Graal; 1980

GORZ, André; Crítica da divisão do trabalho; São Paulo; Martins Fontes; 1996

_____; Métamorphoses du travail: quête du sens; Paris; Éditions Galilée; 1988

GVICHIANI, Germain; O sistema de organização e gestão socialista; análise crítica as teorias capitalistas de gestão; Lisboa; Moraes Editores; 1977

HEGEL, Georg Wilhelm Friedrich; Fenomenologia do espírito; Petrópolis; Vozes; 1992

HOBSBAWN, Eric et alli; História do marxismo; Rio de Janeiro; Paz e Terra; 1983

HYPPOLITE, Jean; Études sur Marx et Hegel; Paris; Librairie Marcel Rivère et Cie. ; 1955

KONSTANTINOV; F.V.; Los fundamentos de la filosofía marxista; Mexico; Editorial Grijalbo S.A.; 1960

MARX, KARL ; L´Ideologie allemande ; Éditions Sociales ; 1976

_____; Miseria de la filosofia ; Madrid ; Aguilar S.A. de Ediciones ; 1969

_____; (Grundrisse) Los fundamentos de la critica de la economía política; Madrid; Alberto Corazon; 1972

_____; Le capital Livre III; Paris ; Éditons Sociales ; 1974

_____; Manuscritos econômicos y filosóficos de 1844; Austral; Santiago; 1960

_____; O Capital, crítica da economia política; Livro I; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; 1971

_____; O Capital, crítica da economia política; Livro II; Rio de Janeiro; Civilização Brasileira; 2002

_____; Salaire, prix e profit; Paris; Éditions Sociales; 1985

SENSAT JR., Julius; Habermas and marxism; London; Sage Publications; 1979

PERROUX, François; Aliénation et société industrielle; Paris; Gallimard; 1970

POULANTZAS, N. - *Karl Marx e Friedrich Engels* - - in - História da filosofia - direção de F. Châtelet - vol. 5 - Zahar Editores - Rio de Janeiro - 1981.

WOOD, Allen W.; ed. Marx selections; London; Collier Macmillan Publishers; 1996